

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
---	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	64
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	67
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	68
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	225.501.000
Preferenciais	0
Total	225.501.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
1	Ativo Total	806.795	790.777	779.427
1.01	Ativo Circulante	48.770	109.034	124.056
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	7.561	19.448	50.066
1.01.03	Contas a Receber	6.961	6.462	7.562
1.01.03.01	Clientes	6.961	6.462	7.562
1.01.03.01.01	Concessionárias e permissionárias	6.961	6.462	7.562
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.931	4.099	1.874
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.931	4.099	1.874
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.780	2.733	0
1.01.06.01.02	Outros impostos a recuperar	151	1.366	0
1.01.06.01.03	Impostos a recuperar	0	0	1.874
1.01.07	Despesas Antecipadas	334	343	374
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	30.983	78.682	64.180
1.01.08.03	Outros	30.983	78.682	64.180
1.01.08.03.01	Contas bancárias vinculadas	6.375	5.840	0
1.01.08.03.02	Ativo de contrato	23.659	72.390	64.087
1.01.08.03.03	Outras Contas a receber	949	452	93
1.02	Ativo Não Circulante	758.025	681.743	655.371
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	758.025	681.739	655.367
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	13.150	14.389	0
1.02.01.03.01	Aplicações financeiras vinculadas	13.150	14.389	0
1.02.01.05	Estoques	681	0	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	744.194	667.350	655.367
1.02.01.10.03	Ativo de contrato	744.194	667.350	655.367
1.02.03	Imobilizado	0	4	4
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	4	4

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
2	Passivo Total	806.795	790.777	779.427
2.01	Passivo Circulante	34.248	29.522	36.959
2.01.02	Fornecedores	1.240	1.454	4.136
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.240	1.454	4.136
2.01.03	Obrigações Fiscais	948	270	1.734
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	948	270	1.734
2.01.03.01.02	Contribuição Social a pagar	261	0	0
2.01.03.01.03	Outras obrigações fiscais	687	270	0
2.01.03.01.04	Obrigações fiscais	0	0	1.734
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	23.475	18.628	21.640
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	23.475	18.628	21.640
2.01.05	Outras Obrigações	8.585	9.170	9.449
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	268	8	9.057
2.01.05.02	Outros	8.317	9.162	392
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7.153	8.358	0
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	1.164	804	392
2.02	Passivo Não Circulante	492.416	487.271	488.550
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	369.579	388.416	395.936
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	369.579	388.416	395.936
2.02.03	Tributos Diferidos	122.837	98.855	92.614
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	122.837	98.855	92.614
2.02.03.01.01	Imposto de renda e contribuição social diferido	51.811	30.429	0
2.02.03.01.02	PIS e COFINS diferido	71.026	68.426	0
2.02.03.01.03	Impostos Diferidos	0	0	92.614
2.03	Patrimônio Líquido	280.131	273.984	253.918
2.03.01	Capital Social Realizado	225.501	225.501	225.501
2.03.04	Reservas de Lucros	54.630	48.483	28.417

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	91.638	82.944	87.978
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.891	-8.092	-6.333
3.03	Resultado Bruto	83.747	74.852	81.645
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.562	-1.510	-7.961
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.562	-1.510	-7.961
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	82.185	73.342	73.684
3.06	Resultado Financeiro	-29.686	-33.105	-32.170
3.06.01	Receitas Financeiras	828	2.251	4.051
3.06.02	Despesas Financeiras	-30.514	-35.356	-36.221
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	52.499	40.237	41.514
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-21.643	-5.044	-13.315
3.08.01	Corrente	-261	0	-407
3.08.02	Diferido	-21.382	-5.044	-12.908
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	30.856	35.193	28.199
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	30.856	35.193	28.199
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,14	0,16	0,13
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,14	0,16	0,13

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	30.856	35.193	28.199
4.03	Resultado Abrangente do Período	30.856	35.193	28.199

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	57.121	40.663	-23.423
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-6.062	-19.299	57.833
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos sobre o lucro	52.499	40.237	28.199
6.01.01.02	Receita de Construção - Ativo de Contrato	0	-2.985	0
6.01.01.03	Receita de remuneração - Ativo de Contrato	-82.567	-80.182	0
6.01.01.04	Receita de operação e manutenção - Ativo de Contrato	-8.575	-8.740	0
6.01.01.05	PIS e COFINS diferido	2.600	1.196	0
6.01.01.06	Juros apropriados sobre dívidas financeiras	30.077	34.785	17.766
6.01.01.07	Provisões	169	-3.069	-4.154
6.01.01.08	Baixa de imobilizado	4	0	0
6.01.01.10	Rendimento aplicação financeira	-269	-541	0
6.01.01.11	Imposto diferido	0	0	16.022
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	64.253	60.455	-81.256
6.01.02.01	Ativo de Contrato	63.029	71.621	-28.133
6.01.02.02	Concessionárias e permissionárias	-499	1.100	-859
6.01.02.03	Partes relacionadas	260	-9.049	-48.760
6.01.02.04	Outras contas a receber	-1.178	66	15
6.01.02.05	Tributos a recuperar	1.168	-2.225	-828
6.01.02.06	Despesas antecipadas	9	31	53
6.01.02.07	Fornecedores	-383	387	-2.788
6.01.02.08	Obrigações fiscais	1.487	-1.463	-158
6.01.02.09	Adiantamento de fornecedor	0	-425	0
6.01.02.10	Taxas regulamentares	360	412	202
6.01.03	Outros	-1.070	-493	0
6.01.03.01	Contribuição social paga	-1.070	-493	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-69.008	-69.042	11.368
6.03.01	Captações de financiamentos e debêntures	1.236	0	17.846
6.03.02	Pagamentos de principal de financiamentos e debêntures	-18.596	-16.430	-2.415
6.03.03	Pagamentos de juros de financiamentos e debêntures	-26.707	-28.887	-4.063

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.03.04	Contas bancárias vinculadas	-535	-3.108	0
6.03.05	Aplicações financeiras vinculadas	1.508	-13.848	0
6.03.06	Dividendos pagos	-15.788	0	0
6.03.07	Juros sobre capital proprio pagos	-10.126	-6.769	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-11.887	-28.379	-12.055
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	19.448	47.827	62.121
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	7.561	19.448	50.066

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	225.501	0	48.483	0	0	273.984
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	225.501	0	48.483	0	0	273.984
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-17.556	-7.153	0	-24.709
5.04.06	Dividendos	0	0	-15.788	0	0	-15.788
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-10.126	0	0	-10.126
5.04.08	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-7.153	0	-7.153
5.04.09	Reversão de dividendos ano anterior	0	0	8.358	0	0	8.358
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.856	0	30.856
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.856	0	30.856
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	23.703	-23.703	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	23.703	-23.703	0	0
5.07	Saldos Finais	225.501	0	54.630	0	0	280.131

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	225.501	0	28.417	0	0	253.918
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	225.501	0	28.417	0	0	253.918
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.769	-8.358	0	-15.127
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-6.769	0	0	-6.769
5.04.08	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-8.358	0	-8.358
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.193	0	35.193
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.193	0	35.193
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	26.835	-26.835	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	26.835	-26.835	0	0
5.07	Saldos Finais	225.501	0	48.483	0	0	273.984

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	225.501	0	6.778	0	0	232.279
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	225.501	0	6.778	0	0	232.279
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.560	0	0	-6.560
5.04.08	Ajuste Inicial CPC 4/IFRS15 em 01/01/2018	0	0	-6.560	0	0	-6.560
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	28.199	0	28.199
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	28.199	0	28.199
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	28.199	-28.199	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	28.199	-28.199	0	0
5.07	Saldos Finais	225.501	0	28.417	0	0	253.918

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	102.102	91.907	0
7.01.02	Outras Receitas	102.102	91.907	0
7.01.02.01	Remuneração do ativo de contrato	82.567	80.182	0
7.01.02.02	Receita de operação e manutenção	8.575	8.740	0
7.01.02.03	Receita de construção	0	2.985	0
7.01.02.04	Outras receitas	10.960	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-9.453	-9.568	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.438	-7.061	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.015	-2.507	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	92.649	82.339	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	92.649	82.339	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	828	2.251	0
7.06.02	Receitas Financeiras	828	2.251	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	93.477	84.590	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	93.477	84.590	0
7.08.01	Pessoal	0	34	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	0	34	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	32.107	14.007	0
7.08.02.01	Federais	32.107	14.007	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.514	35.356	0
7.08.03.01	Juros	30.514	35.356	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	30.856	35.193	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	30.856	35.193	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório Anual da Administração

Mensagem da Administração

O ano de 2020 foi marcado pelo profundo impacto gerado pela pandemia da COVID-19, que levou a uma desaceleração significativa do crescimento global e impactos relevantes no ambiente econômico nacional. Contudo, apesar das adversidades trazidas pela crise, a Companhia, enquadrada por portaria da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e decreto 10.291 de 25 de março de 2020 como atividade essencial, foi capaz de manter suas atividades em pleno funcionamento com toda segurança requerida pelas medidas, assim reforçando o compromisso com seus planejamentos de entregas e crescimento contínuo, bem como cumprimento de seus planos estruturais, orçamento e disciplina financeira.

Segundo o IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) encerrou o ano 2020 em 4,52% (0,21 p.p. acima dos 4,31% registrados em 2019). Já o Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) atingiu 23,14% em 2020, segundo a Fundação Getúlio Vargas, ficando em patamar muito superior aos 7,30% registrados no ano anterior. A Taxa Selic finalizou 2020 em 2,00% a.a. (4,50% a.a. registrado no final de 2019), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2016, além de registrar o menor patamar histórico.

De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), o consumo de energia apresentou redução de 1,50% em relação ao ano de 2019, entretanto, segundo especialistas da CCEE, esse foi considerado um dado animador tendo em vista uma expectativa de redução entre 5,00% e 6,00% em relação ao ano anterior. Destaca-se ainda que o consumo de energia segue dando sinais de recuperação.

A companhia encerrou 2020 com uma Receita Operacional Líquida Regulatória em R\$ 66,1 milhões, o que representa um crescimento de 3,6% quando comparado ao encerramento de 2019, relacionada a inflação do período. A concessionária atingiu EBITDA regulatório de R\$ 58,0 milhões em 2020, o que representou um aumento de 2,0% em relação ao ano anterior e resulta em uma Margem EBITDA de 87,7%.

Destacamos ainda, que neste ano a Companhia manteve o alto desempenho operacional apresentado nos anos anteriores, atingindo 99,98% de disponibilidade nas linhas de transmissão e parcela variável por Indisponibilidade (PVI) de 0,17% sobre a RAP. Esses números reforçam a importância que a concessionária atribui a qualidade dos serviços de operação e manutenção do ativo.

Em relação à estrutura da dívida, a empresa encerrou o ano com uma Dívida Bruta de R\$ 393 milhões, 3,44% inferior a 2019. O caixa, incluindo equivalentes e contas restritas, fechou em R\$ 27,1 milhões o que resultou em uma Dívida Líquida de R\$ 366 milhões representando uma queda de 0,38% em relação ao ano anterior. A Companhia possui um perfil de dívida de longo prazo, com apenas 5,97% dos vencimentos no horizonte de 12 meses. A principal exposição da empresa é a TJLP, pelo crédito de longo prazo do BNDES, o qual representa 78,66% do saldo devedor. O demais 21,34% são correspondentes à 1ª Emissão de Debêntures da empresa que é atrelada ao IPCA. Destaca-se que no fim de 2020, a Fitch atribuiu às Debêntures um grau (AAAbr) com perspectiva estável.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2020, a companhia apresentou Lucro Líquido societário de R\$ 30,9 milhões, 12,3% abaixo do resultado do ano anterior. O Lucro Operacional societário, de R\$ 82,2 milhões, foi 12,1% acima do observado em 2019. As Despesas Financeiras foram 13,7% menores devido à sucessivas quedas na TJLP. Essas variações positivas foram compensadas por um aumento nos impostos diferidos.

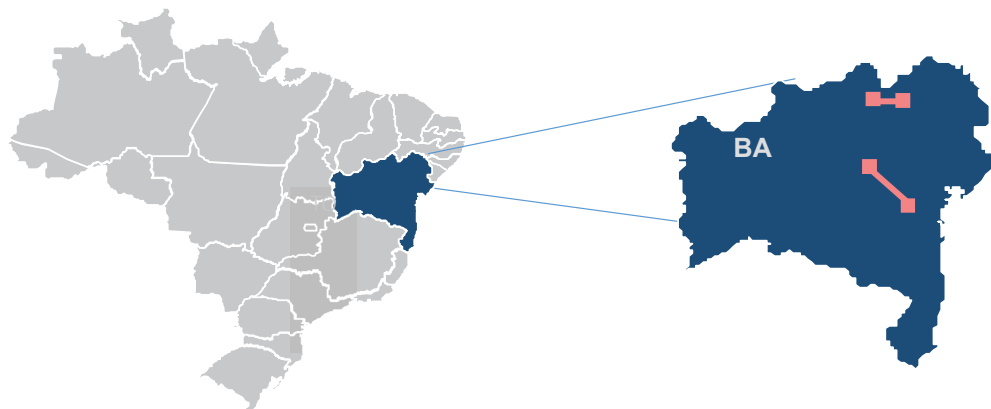
Reforçando o nosso compromisso com a agenda ESG (Environmental, Social, Governance), no campo social a concessionária doou equipamentos hospitalares, cestas básicas e EPIs ao município de Sapeaçu/BA, uma das cidades por onde passam nossas linhas de transmissão. Também investimos na melhoria da infraestrutura de dois centros educacionais na cidade de Juazeiro/BA, com o fornecimento de equipamentos, mobiliários, jardim comunitário e reforma da quadra de esportes.

Por fim, a Companhia continua reforçando o compromisso com seus pilares estratégicos de crescimento sustentável, disciplina financeira e busca por excelência operacional objetivando sempre a geração de valor ao acionista.

A COMPANHIA

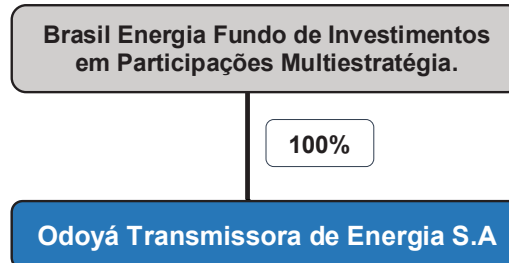
A Odojá Transmissora de Energia S.A. é uma concessionária de transmissão de energia que tem como propósito a operação e manutenção de seus ativos, com alta eficiência operacional para garantir a plena disponibilidade da infraestrutura para o sistema nacional. A companhia é uma sociedade por ações, constituída em 12 de maio de 2014 e está estabelecida na rua Doutor Renato Paes de Barros 955, Ed. Square – 10º Andar, sala 2 – Itaim Bibi – 04530-001 – São Paulo – SP. As linhas de transmissão estão localizadas no estado da Bahia. A concessionária possui atualmente 276 quilômetros de linhas de transmissão e 4 subestações, e encontra-se 100% em operação. A Receita Anual Permitida Líquida (RAP) esperada para o ciclo 2021/2022, é de R\$ 76,6 milhões de reais.

Localização



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ESTRUTURA SOCIETÁRIA



VISÃO E VALORES

Visão:

Ser uma das operadoras mais relevantes do setor, garantindo a maximização de valor com sustentabilidade.

Nossos Valores:

- **Valorização dos Colaboradores:** Prezamos e reconhecemos o trabalho de forma colaborativa, respeitando e envolvendo as pessoas para alcançar resultados de qualidade;
- **Ética e Transparência:** Assumimos o compromisso de perseguir nossos objetivos por meio de uma conduta de integridade, honestidade, transparência e coerência em todo o nosso negócio;
- **Senso de Dono:** Incentivamos nosso time a assumir responsabilidades. Promovemos um ambiente que estimule à iniciativa, buscando resultados com excelência e eficácia;
- **Saúde e Segurança:** Promovemos um ambiente de trabalho saudável em que os colaboradores contribuem para um processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança e saúde;
- **Stakeholders Engagement:** Promovemos diálogos com nossos stakeholders (acionistas, órgãos governamentais e reguladores, e comunidades), entendendo e considerando suas perspectivas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia está em constante aperfeiçoamento, buscando manter sempre práticas sólidas de governança para garantir a confiança contínua de seus stakeholders (acionistas, comunidades, órgãos governamentais e reguladores), colaboradores e investidores. Isso envolve uma revisão constante de como a evolução da legislação, diretrizes e melhores práticas refletem suas abordagens. A Companhia tem uma gestão focada nos mais altos padrões de governança e segurança operacional dos ativos. Isso se estende a todos os funcionários e terceiros que prestam serviços.

A Diretoria é composta por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes no País, todos sem designação específica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

CÓDIGOS E POLÍTICAS

A governança corporativa da Companhia está fundamentada em integridade, ética, transparência, inclusão, responsabilidade corporativa e social. Para isso, sua estratégia leva em conta a adoção de boas práticas, tanto no cumprimento da legislação pertinente, quanto no tocante ao segmento de transmissão de energia e dos mercados em que atua. Os valores e a cultura organizacional da Companhia são detalhados em códigos, normas e políticas corporativas que orientam tanto a condução dos negócios quanto o relacionamento entre essas empresas e os diferentes públicos com os quais interage. Esses documentos são desenvolvidos, revisados e atualizados periodicamente, a fim de assegurar sua compatibilidade com o cenário interno e externo.

A Companhia dispõe de um canal de denúncias denominado Canal Confidencial, amplamente divulgado via comunicação interna através da intranet e site institucional. O Canal Confidencial é um canal para comunicação segura e, se desejado, anônima, de condutas que violem o Código de Conduta Ética Profissional da Companhia, e/ou de qualquer lei, norma ou regulamento que pode ser utilizado por todos, desde colaboradores até o público externo. Existem três formas de utilização do canal: (i) via telefone; (ii) internet (endereço eletrônico); ou (iii) e-mail. A denúncia é gerida por uma empresa terceirizada, profissional e independente.

DESEMPENHO OPERACIONAL E ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ambiente Regulatório

O segmento de transmissão é dos menos arriscados dentre o segmento do setor de energia. Isso se dá, principalmente pelo fato das receitas serem pagas com base na disponibilidade dos ativos, reduzindo assim os riscos de mercado aos quais os segmentos de distribuição e geração tornam-se mais expostos. Além disso, o setor conta com mecanismos de garantia, coordenados pela ONS, que conferem ao segmento estabilidade quanto a riscos de inadimplência.

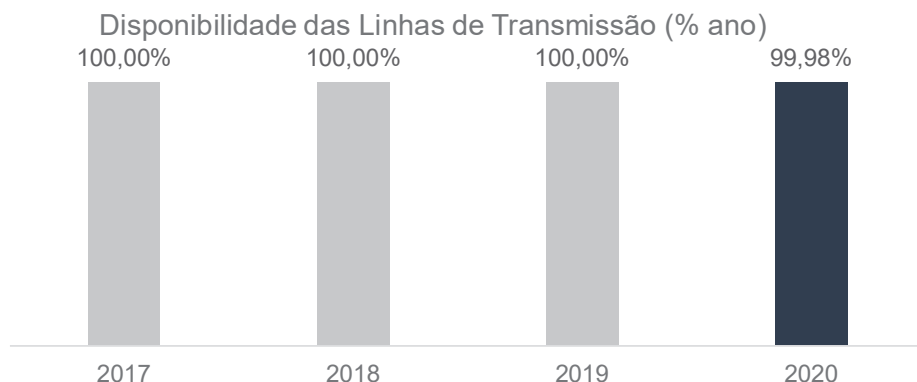
No que diz respeito ao ambiente regulatório, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e possuem um marco regulatório completo e consistente.

A Companhia está inserida no tipo de contrato de transmissão datado de 2008 em diante, onde são garantidos às transmissoras mecanismos de reajustes tarifários anuais a cada 1º de Julho com base no IPCA de 12 meses, além de revisões tarifárias periódicas no 5º, 10º e 15º ano após a assinatura do contrato de concessão, operacionalizados pela ANEEL. Nesse contexto, a Companhia espera manter o perfil de altas margens e geração de caixa consistente.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Disponibilidade das Linhas de Transmissão

A Companhia manteve a alta performance operacional apresentada nos anos anteriores, apresentando 99,98% de disponibilidade. Abaixo destacamos o histórico de disponibilidade das linhas de transmissão do ativo.



EBITDA REGULATÓRIO

EBITDA Regulatório	2020	2019
Receita Bruta	73.988	71.622
(-) Deduções	(7.864)	(7.767)
Receita Operacional Líquida	66.124	63.855
(-) Material	(5)	(48)
(-) Serviços de terceiros	(7.438)	(6.108)
(-) Outras Despesas Operacionais	(644)	(786)
EBITDA Regulatório	58.037	56.913
Margem EBITDA	87,8%	89,1%

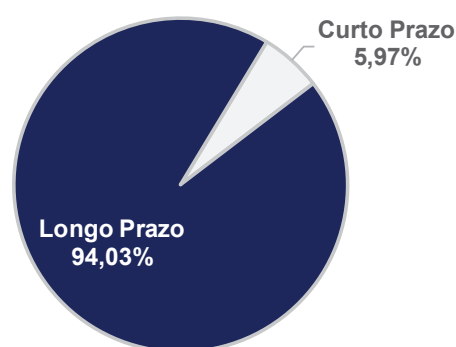
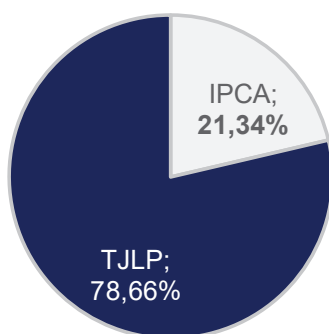
Conciliação EBITDA Regulatório	2020	2019
Lucro Líquido	10.268	6.015
(-) Impostos	(1.737)	(3.676)
(-) Resultado Financeiro	29.686	33.105
(+) Depreciação	19.820	21.469
EBITDA Regulatório	58.037	56.913

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO

A companhia encerrou o ano de 2020 com uma dívida bruta de R\$ 393 milhões. O caixa total de Odojá apresentou R\$ 27,1 milhões em 2020 o que resultou em uma Dívida Líquida de R\$ 366 milhões, 0,3% inferior ao ano anterior. A principal exposição da Companhia é a TJLP à qual 78,6% da dívida está indexada, o restante é indexado ao IPCA. Do saldo devedor, apenas 5,9% vence em até 12 meses, afirmando o perfil de longo prazo da estrutura de dívida da companhia.

Endividamento (em R\$ mil)	2020	% Dív. Bruta	2019	% Dív. Bruta
Curto Prazo	23.476	5,97%	21.059	5,17%
IPCA	4.676	1,19%	4.340	1,07%
TJLP	18.800	4,78%	16.719	4,11%
Longo Prazo	369.577	94,03%	385.985	94,83%
IPCA	79.211	20,15%	78.136	19,20%
TJLP	290.366	73,87%	307.849	75,63%
Dívida Bruta	393.054	100,00%	407.044	100,00%
IPCA	83.887	21,34%	82.476	20,26%
TJLP	309.167	78,66%	324.569	79,74%
Caixa Total	27.086	6,89%	39.677	9,75%
Dívida Líquida	365.968	93,11%	367.367	90,25%



(R\$ mil)							
Instrumento	Instituição Financeira	Indexador	Spread	Volume Emitido	Data do 1º Desembolso	Data de Vencimento Última Parcela	Amortização
FINEM Debênture	BNDES Itaú	TJLP IPCA	1,98% 6,80%	304.706 74.000	26/09/2017 12/12/2017	15/03/2033 15/03/2036	Price/Sac Customizada

Dívida Bruta



Dívida Líquida



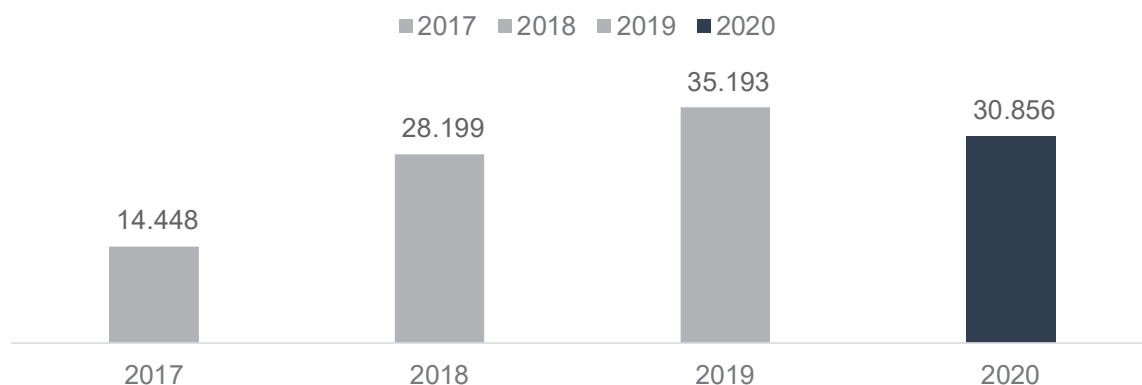
*valores em R\$ mil

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Rating: Em 2020, a agência Fitch atribuiu à 1ª Emissão de Debêntures de Odoyá o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA(bra)', com perspectiva estável. O rating reflete a maturidade financeira e operacional da empresa e a relativamente baixa complexidade da operação, além da reduzida volatilidade e a previsibilidade dos custos de operação e manutenção ao longo do ciclo de vida dos ativos.

LUCRO LÍQUIDO SOCIETÁRIO

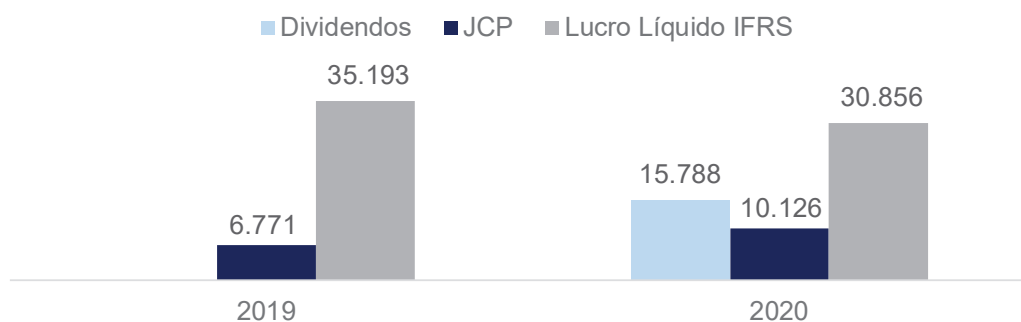
Em 2020, a companhia apresentou Lucro Líquido societário de R\$ 30,9 milhões, 12,3% abaixo do resultado do ano anterior. O Lucro Operacional societário, de R\$ 82,2 milhões, foi 12,1% acima do observado em 2019 e as Despesas Financeiras foram 13,7% menores devido à sucessivas quedas na TJLP. Essas variações positivas foram compensadas por um aumento nos impostos diferidos.



REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

A Companhia tem como diretriz no seu Estatuto Social a distribuição de no mínimo 25% do seu Lucro Líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da reserva de incentivo fiscal, a seus acionistas em forma de Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio (JCP), observado a situação econômica da empresa. Em 2020, companhia distribuiu a seus acionistas um total R\$ 25,9 milhões, sendo R\$10,1 milhões como Juros Sobre Capital Próprio e R\$ 15,8 milhões como dividendos.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RECURSOS HUMANOS

Atentos aos impactos e desafios impostos pela pandemia do novo coronavírus, seguimos com nosso compromisso em relação a saúde e segurança de todos os colaboradores e seus familiares. A Companhia implementou diversas medidas de proteção, dentre elas a adaptação do escritório, inclusive com a redução pela metade da sua capacidade total, adotando assim o regime de rodízio semanal entre os colaboradores que estiverem 100% vacinados e o uso obrigatório de máscaras, além de realização de palestras com médicos e especialistas e a criação de comitê executivo exclusivo para tratar e discutir assuntos relacionados a pandemia.

RESPONSABILIDADE SUSTENTABILIDADE E SOCIAL

Responsabilidade Ambiental

A importância atribuída à transmissão de energia elétrica é inegável, uma vez que esta proporciona desenvolvimento cultural e econômico às mais diversas regiões do Brasil e em suas diferentes vertentes. Tal notoriedade também é atribuída às questões de monitoramento e manutenção ambiental, uma vez que estas proporcionam sinergia entre as operações, o ambiente e as comunidades existentes no entorno imediato ou atingidas por determinado empreendimento.

A dimensão ambiental da Companhia, está fundamentada na legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho, assim como na execução de programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente.

Projetos Sociais

A Companhia alocou parte do financiamento obtido via BNDES para iniciativas em 2 (dois) projetos sociais nas cidades de Sapeaçu/BA e Juazeiro/BA. Ao todo, foram doados R\$ 1.9 milhões com o objetivo de, além do foco voluntário, oferecer melhorias na infraestrutura das regiões, selecionadas pela proximidade às linhas de transmissão da concessão.

Sapeaçu/BA: para mitigar os efeitos da COVID na região, Odojá realizou a doação de cestas básicas, equipamentos hospitalares e EPIs ao município.

Juazeiro/BA: com o objetivo de aumentar a adesão da população às escolas, Odojá investiu os recursos disponíveis na melhoria da infraestrutura de dois centros educativos da região. O projeto englobou tanto partes pedagógicas quanto atividades esportivas e extracurriculares. O primeiro marco do projeto consistiu em reformar as quadras poliesportivas. Além disso, foram construídos aviários e hortas para melhorar o ensino de manejo no campo. Por fim, foram doados diversos equipamentos como computadores, móveis, equipamentos e livros para as bibliotecas e laboratórios audiovisual.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam à auditoria das Demonstrações Contábeis. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Odoyá Transmissora de Energia S.A. (“Companhia ou Transmissora”), controlada pelo Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pela Quantum Participações S.A, é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de maio de 2014 e está estabelecida na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais n.º 102, 111 e 112, sala 02, Itaim Bibi, CEP: 04530-001 - São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1. Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n° 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- SE 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV)
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- SE 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res)x300MVA e Compensador Estático (-100/+200)Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km; e
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, 300 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, SE Moporro do Chapéu 11 500/230kV - (6+1R) x 300 MVA e Compensador Estático 500kV (-100/+200) Mvar

Em 25 de julho de 2019, conforme Carta ONS – 0502 – DTA – 2019 foi emitido pelo Operador Nacional do Sietema Elétrico o Termo de Liberação Definitivo (TLD) da Transmissora Odoya.

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$ 45.569 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA.

Os montantes que são faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional regulatória.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 0,04% da receita operacional regulatória..
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,04% da receita operacional regulatória.
- Ministério de Minas e Energia (MME) - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,02% da receita operacional regulatória.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Da concessão--Continuação

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

1.2. Impactos do Covid-19

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Odojá adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores, terceiros e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Em consonância com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a Companhia vem acompanhando os impactos do COVID-19 no cenário macroeconômico e em seus negócios, e avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência em função ruptura de fluxo de caixa no sistema.

Na data da emissão da presente demonstração financeira, a administração da Companhia não identificou impactos relevantes ou materiais em seus negócios, tendo em vista que a Companhia apresenta receita previsível, reajustada pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia .

Em 18 de maio de 2020, a ANEEL publicou o Decreto nº 10.350/2020, que criou a Conta-COVID, medida para socorrer o setor elétrico dos impactos da crise causada pelo coronavírus. Essa conta recebeu recursos de empréstimos bancários contratados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e destinados à cobertura de deficits ou à antecipação de receitas, total ou parcial, das distribuidoras, de forma a equilibrar o caixa das mesmas. Com isso, ficou garantida a manutenção do fluxo de recursos para geradoras e transmissoras, mitigando o risco de futura inadimplência. Em 23 de junho de 2020 a ANEEL aprovou a regulamentação da Conta-COVID.

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelas Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), que estão em conformidade com as normas IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo elas, estão evidenciadas, e que correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 10 de dezembro de 2021. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa 3.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentados em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximos, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receita e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativo e passivo no exercício findo de 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.3. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

- Ativo de contrato (nota explicativa 9) - critério de apuração e remuneração do ativo de contrato;
- Impostos diferidos (nota explicativa 12) - reconhecimento e mensuração.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Instrumentos financeiros (não-derivativos), que são mensurados pelo valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa 20.

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, concessinárias e permissionárias, contas bancárias vinculadas e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração subsequente*

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

A Companhia mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração subsequente*--Continuação

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

ii) *Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros*

Para os fins desta avaliação, "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial; juros são definidos como a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (exemplo: risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ao avaliar se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros, a Companhia considera os termos contratuais do instrumento. Isso inclui avaliar se o ativo financeiro contém um termo contratual que pode alterar o prazo ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenda a essa condição.

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iii) *Mensuração subsequente e ganhos e perdas*

Ativos financeiros ao VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os ganhos e perdas líquidos, incluindo juros ou receita de dividendos, são reconhecidos no resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e a redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método do juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e a redução do valor recuperável são reconhecidos nos resultados. Outros ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, os ganhos e perdas acumulados em ORA são reclassificados para o resultado.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

iv) *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão.

Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição é relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.2. Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Ativo de contrato--Continuação

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por garantir a disponibilidade de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP (Receita Anual Permitida), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia no CPC 47 - receita de contratos com clientes . Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- (ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- (iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.2. Ativo de contrato--Continuação

Em dezembro de 2020, a CVM divulgou o Ofício-Circular nº 04 para fornecer orientação quanto aos aspectos relevantes do CPC47/IFRS15 e do CPC48/IFRS9 que devem ser observados na elaboração das Demonstrações Financeiras das Companhias Transmissoras de Energia Elétrica em 31 de dezembro de 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita de cada projeto. A Companhia não identificou necessidade de reconhecer quaisquer ajustes como consequência da publicação desse Ofício, tendo em vista que desde a adoção do CPC47/IFRS 15 em 01 de janeiro de 2018 foram adotadas as seguintes políticas contábeis:

- (I) A atualização monetária do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação.
- (II) Atribuição de margens de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

3.3. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") são provisionados mensalmente obedecendo ao regime de competência e apurados conforme previsto na Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. A Companhia adota o regime de lucro real estimativa mensal. O IRPJ e CSLL do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Benefício fiscal - Lucro da exploração

Devido ao fato de sua linha de transmissão e conseqüentemente operação estar situada na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a Companhia possui incentivo de redução do valor do IRPJ a pagar equivalente a 75% do valor apurado sobre o lucro da exploração, aplicado sobre a receita de transmissão de energia, reconhecidas no resultado e, posteriormente, destinadas à reserva de lucros no patrimônio líquido.

Em virtude do benefício concedido, a Companhia possui algumas obrigações dentre as quais destacamos: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) aplicação do valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à operação na área de atuação da SUDENE; (iii) constituição de reserva de lucros com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iv) proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis; e (v) apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente ao exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Caso haja pagamentos a maior ao final do ano corrente, os valores são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo fiscal a receber.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das Demonstrações Financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IR e da CS correntes. A probabilidade de recuperação do ativo fiscal diferido é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.4. Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.5. Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

3.6. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Mensuração do valor justo--Continuação

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requerem a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.7 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que possa ser estimado de maneira confiável. A indicação de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Esperanza sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo pode se caracterizar como um indicativo de perda por redução ao valor recuperável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas em nenhum dos períodos apresentados.

3.8. Demonstração de fluxo de Caixa (“DFC”)

Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”) A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e está apresentada de acordo com a Deliberação CVM n°. 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Companhia classifica os juros pagos e os dividendos recebidos como atividade de investimento por entender que os juros representam custos para obtenção de seus recursos financeiros e os dividendos representam retorno de seus investimentos

3.9. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A legislação societária brasileira requer a apresentação da demonstração do valor adicionado, como parte do conjunto das demonstrações financeiras apresentadas pela Companhia. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante os períodos apresentados. A DVA foi preparada seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado e com base em informações obtidas dos registros contábeis da Companhia, que servem como base de preparação das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.10. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o resultado do exercício pela quantidade média ponderada de ações em circulação no exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos financeiros conversíveis em ações, logo o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

3.11. Segmento operacional

Segmento operacional é definido como atividades de negócio do qual pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível.

O segmento operacional da Companhia consiste na atividade de transmissão de energia.

4. Reapresentação

4.1. Reapresentação pedido de registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM

As demonstrações financeiras foram reapresentadas, em conexão com o pedido de registro de companhia como empresa listada na categoria B na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, para apresentar a demonstração de valor adicionado, resultado por ação, informações de segmentos e para o aprimoramento de certas divulgações nas notas explicativas, relativas, principalmente, análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros na nota de instrumentos financeiros e riscos de mercado.

4.2. Reapresentação das demonstrações contábeis

A Administração da Companhia, com o objetivo de aprimoramento do conjunto de suas demonstrações financeiras, adequou a apresentação nas rubricas do balanço patrimonial, proporcionando a melhoria na qualidade e comparabilidade das informações contábeis entre os exercícios de 2020.

Notas Explicativas**Odojá Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4. Reapresentação--Continuação**4.2. Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação**

Abaixo os quadros descritivos da reapresentação dos valores 2020.

a) Balanco patrimonial

	31/12/2020 (apresentado)	Ajustes	31/12/2020 (reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	13.936	(6.375)	7.561
Contas bancárias vinculadas	-	6.375	6.375
Concessionárias e permissionárias	6.961		6.961
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.780		2.780
Outros impostos a recuperar	151		151
Outras contas a receber	1.630	(681)	949
Despesas antecipadas	334		334
Ativo de contrato	23.659		23.659
	49.451	(681)	48.770
Não circulante			
Estoque - almoxarifado	-	681	681
Aplicações financeiras vinculadas	13.150		13.150
Ativo de contrato	744.194		744.194
	757.344	681	758.025
Total do Ativo	806.795	-	806.795
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	1.240		1.240
Financiamentos e debêntures	23.475		23.475
Contribuição Social a pagar	-	261	261
Obrigações fiscais	948	(261)	687
Taxas regulamentares	1.164		1.164
Dividendos a pagar	7.153		7.153
Partes relacionadas	268		268
	34.248	-	34.248
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferido	51.811		51.811
PIS e COFINS diferido	71.026		71.026
Financiamentos e debêntures	369.579		369.579
	492.416	-	492.416
Patrimônio Líquido			
Capital social	225.501		225.501
Reserva de incentivo fiscais	3.640	(3.640)	-
Reserva de lucro	50.990	3.640	54.630
	280.131	-	280.131
Total do passivo e do patrimônio líquido	806.795	-	806.795

Notas Explicativas**Odojá Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4. Reapresentação--Continuação**4.2. Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação**b) Demonstração do resultado

	<u>31/12/2020</u> (apresentado)	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2020</u> (reapresentado)
Receita operacional líquida	91.638		91.638
Custo de construção	(1.362)	1.362	-
Custo -de operação	(6.529)	6.529	-
Custo	-	(7.891)	(7.891)
Lucro bruto	<u>83.747</u>	-	<u>83.747</u>
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	(1.562)	-	(1.562)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	<u>82.185</u>	-	<u>82.185</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	828	-	828
Despesas financeiras	(30.514)	-	(30.514)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	<u>52.499</u>	-	<u>52.499</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(261)		(261)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(21.382)	-	(21.382)
Lucro líquido do exercício	<u>30.856</u>	-	<u>30.856</u>
Lucro básico e diluído por ação – em reais	<u>0,14</u>		<u>0,14</u>

Notas Explicativas**Odojá Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

4. Reapresentação--Continuação**4.2. Reapresentação das demonstrações contábeis--Continuação**c) Demonstração do fluxo de caixa

	31/12/2020 (apresentado)	Ajuste	31/12/2020 (reapresentado)
Atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	52.499	-	52.499
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Receita de remuneração - Ativo de Contrato	(82.567)	-	(82.567)
Receita de operação e manutenção - Ativo de Contrato	(8.575)	-	(8.575)
PIS e COFINS diferido	2.600	-	2.600
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	30.077	-	30.077
Provisões	169	-	169
Rendimento de aplicação financeira	-	(269)	(269)
Baixa de imobilizado	4	-	4
	(5.793)	-	(6.062)
Variações nos ativos e passivos:			
Ativo de Contrato	63.029	-	63.029
Clientes	(499)	-	(499)
Partes relacionadas	260	-	260
Outras contas a receber	(1.178)	-	(1.178)
Tributos a recuperar	1.168	-	1.168
Despesas antecipadas	9	-	9
Fornecedores	(383)	-	(383)
Obrigações fiscais	1.487	-	1.487
Adiantamento de fornecedor	-	-	-
Taxas regulamentares	360	-	360
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	64.253	-	64.253
Contribuição social paga	(1.070)	-	(1.070)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais	63.183	-	57.121
Atividades de financiamentos			
Captações de financiamentos e debêntures	1.236	-	1.236
Pagamentos de principal de financiamentos e debêntures	(18.596)	-	(18.596)
Pagamentos de juros de financiamentos e debêntures	(26.707)	-	(26.707)
Contas bancárias vinculadas	-	(535)	(535)
Aplicações financeiras vinculadas	1.239	269	1.508
Dividendos pagos	(15.788)	-	(15.788)
Juros sobre capital próprio pagos	(10.126)	-	(10.126)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(68.742)	(535)	(69.008)
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa	(11.352)	(535)	(11.887)
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	13.936	(6.375)	7.561
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	25.288	(5.840)	19.448
Varição no saldo de no caixa e equivalentes de caixa	(11.352)	(535)	(11.887)

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

5. Novas normas e interpretações

5.1. Novas normas e interpretações

Normas emitidas e vigentes

- CPC 15 (R1) (IFRS 3) – Definições de negócios
- CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro
- CPC 26 (R1) (IAS 1) e (CPC 23) (IAS 8) - Definição de omissão material
- CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos.

A administração da Companhia avaliou os pronunciamentos supramencionados e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras revisadas.

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

IFRS 17 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

5. Novas normas e interpretações--Continuação

5.1. Novas normas e interpretações--Continuação

Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 17 - Contratos de seguro--Continuação

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a Revisão nº 17/2020, em 11 de fevereiro de 2021, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48, em decorrência da definição do termo "Reforma da Taxa de Juros de Referência", aplicável aos períodos anuais com início em, ou após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não espera impactos materiais advindos dessa revisão.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	(reapresentado)	
Caixa	1	1
Bancos	10	1.250
Aplicações financeiras (a)	<u>7.550</u>	<u>18.198</u>
	<u>7.561</u>	<u>19.449</u>

(a) As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 95,3% a 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Segue abaixo abertura por instituição financeira:

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
(reapresentado)				
Banco BTG	CDB	46,8% CDI	<u>7.550</u>	<u>18.198</u>
			<u>7.550</u>	<u>18.198</u>

6.1. Contas bancárias vinculadas

Refere-se a conta vinculada ao financiamento e as debêntures. A receita da Companhia é recebida na conta vinculada e posteriormente movimentada pelo banco mandatário conforme regra contratual.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	(reapresentado)	
Bancos	<u>6.375</u>	<u>5.840</u>
	<u>6.375</u>	<u>5.840</u>

7. Aplicações vinculadas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	(reapresentado)	
Aplicação financeira vinculada	<u>13.150</u>	<u>14.389</u>
	<u>13.150</u>	<u>14.389</u>

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Remuneração</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Banco Bradesco	CDB	83,8% CDI	<u>13.150</u>	<u>14.389</u>
			<u>13.150</u>	<u>14.389</u>

Refere-se, basicamente, à conta reserva constituída, de acordo com os respectivos contratos de financiamentos e debêntures, e deverão ser mantidas até a amortização dos mesmos.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

8. Concessionárias e permissionárias

Contas a receber de concessionárias e permissionárias:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
	(reapresentado)	
Concessionárias e permissionárias	6.961	6.462
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Títulos a vencer	6.392	6.077
Títulos vencidos em até 90 dias	267	264
Títulos vencidos há mais de 90 dias	302	121
	<u>6.961</u>	<u>6.462</u>

A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, por entender que são baixas as probabilidades de não recebimento dos valores de seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

9. Ativo de contrato

O Ativo de contrato inclui os valores a receber decorrentes da implantação de infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e da operação e manutenção.

<u>Saldos em 2019</u>	<u>Receita de Construção</u>	<u>Receita de O&M</u>	<u>Remuneração do Ativo de Contrato</u>	<u>Recebimentos</u>	<u>Saldos em 2020</u>
					(reapresentado)
739.739		8.575	82.567	(63.029)	767.853
<u>Saldos em 2018</u>	<u>Receita de Construção</u>	<u>Receita de O&M</u>	<u>Remuneração do Ativo de Contrato</u>	<u>Recebimentos</u>	<u>Saldos em 2019</u>
719.454	2.985	8.740	80.182	(71.622)	739.739
					<u>2020</u>
					(reapresentado)
Circulante					23.659
Não Circulante					744.194
					<u>767.853</u>
					<u>72.389</u>
					<u>667.350</u>
					<u>739.739</u>

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

9. Ativo de contrato--Continuação

Contrato de concessão de serviços

A seguir estão descritas as principais características do Contrato de Concessão do serviço público de transmissão para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão:

- Receita Anual Permitida - RAP - A prestação do serviço público de transmissão dar-se-á mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.
- Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - Pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente.
- Parcela variável - A receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST. A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% da RAP de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao exercício contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive este mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº318/98, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Ativo de contrato de concessão indenizável

Extinção da concessão e Reversão de Bens Vinculados ao Serviço Público de Energia Elétrica - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

9. Ativo de contrato--Continuação

Ativo de contrato de concessão indenizável--Continuação

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pela concessão da linha de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado regulatório.

- Renovação ou rescisão - A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por no máximo, igual exercício, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.
- Aspectos ambientais - A transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis, adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção de licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de Transmissão.

- Descumprimento de penalidades - Nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração, ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso da caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

10. Fornecedores

	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019
Materiais e serviços	346	729
Provisões (a)	894	725
	1.240	1.454

(a) Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra.

11. Financiamentos e debêntures

a) Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento Final	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019
BNDES Subcrédito - A	BRL	15/08/2031	TJLP314 + 1,98%	29.025	30.848
BNDES Subcrédito - B	BRL	15/01/2033	TJLP314 + 1,98%	179.989	189.469
BNDES Subcrédito - C	BRL	15/03/2033	TJLP314 + 1,98%	9.623	10.119
BNDES Subcrédito - D	BRL	15/07/2032	TJLP314 + 1,98%	17.898	18.867
BNDES Subcrédito - E	BRL	15/08/2031	TJLP314 + 1,98%	8.774	9.326
BNDES Subcrédito - F	BRL	15/08/2033	TJLP314 + 1,98%	54.328	57.190
BNDES Subcrédito - G	BRL	15/08/2033	TJLP314 + 1,98%	2.904	3.054
BNDES Subcrédito - H	BRL	15/08/2032	TJLP314 + 1,98%	5.402	5.695
BNDES Subcrédito - I	BRL	15/03/2033	TJLP314 + 2,68%	1.224	-
Itaú - Debêntures	BRL	15/09/2031	IPCA + 6,80%	83.887	82.476
				393.054	407.044
Circulante				23.475	18.628
Não circulante				369.579	388.416

b) Movimentação 2020

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2019	Captações	Juros	Pagamento de Juros	Amortização de Principal	Saldo em 31/12/2020 (reapresentado)
BNDES Subcrédito - A	30.848	-	1.987	(2.004)	(1.806)	29.025
BNDES Subcrédito - B	189.469	-	12.258	(12.357)	(9.381)	179.989
BNDES Subcrédito - C	10.119	-	655	(659)	(492)	9.623
BNDES Subcrédito - D	18.867	-	1.306	(1.316)	(959)	17.898
BNDES Subcrédito - E	9.326	-	601	(607)	(546)	8.774
BNDES Subcrédito - F	57.190	-	3.700	(3.731)	(2.831)	54.328
BNDES Subcrédito - G	3.054	-	198	(200)	(148)	2.904
BNDES Subcrédito - H	5.695	-	394	(397)	(290)	5.402
BNDES Subcrédito - I	-	1.236	24	(20)	(16)	1.224
Itaú - Debêntures	82.476	-	8.954	(5.416)	(2.127)	83.887
Total	407.044	1.236	30.077	(26.707)	(18.596)	393.054

Notas Explicativas**Odojá Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

11. Financiamentos e debêntures--Continuaçãoc) Movimentação 2019

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2018	Captações	Juros	Pagamento de Juros	Amortização de Principal	Saldo em 31/12/2019
BNDES Subcrédito - A	32.340	-	2.493	(2.405)	(1.580)	30.848
BNDES Subcrédito - B	195.161	-	15.243	(13.445)	(7.490)	189.469
BNDES Subcrédito - C	10.218	-	809	(584)	(324)	10.119
BNDES Subcrédito - D	19.644	-	1.609	(1.555)	(831)	18.867
BNDES Subcrédito - E	9.777	-	754	(727)	(478)	9.326
BNDES Subcrédito - F	58.908	-	4.601	(4.058)	(2.261)	57.190
BNDES Subcrédito - G	3.085	-	244	(177)	(98)	3.054
BNDES Subcrédito - H	5.929	-	486	(469)	(251)	5.695
Itaú - Debêntures	82.514	-	8.546	(5.467)	(3.117)	82.476
Total	417.576	-	34.785	(28.887)	(16.430)	407.044

BNDES

Com o objetivo de financiar os investimentos ligados à implementação do projeto Odojá, a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas TJLP314 + 1,98%. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, todas as cláusulas restritivas "covenants financeira" estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida e Índice de Capital Próprio) e também "covenants" não financeiras/ cláusulas restritivas incluindo as de vencimento antecipado foram cumpridas.

Debêntures

Com o objetivo de financiar investimentos ligados à implantação do Projeto Odojá e de forma complementar ao BNDES, a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures devidamente aprovadas mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº476 "Instrução CVM 476", sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. As garantias reais foram outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos dos contratos de garantia de *pari passu* e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor do BNDES e dos debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais).

Notas Explicativas**Odoyá Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

11. Financiamentos e debêntures--Continuaçãoc) Movimentação 2019--Continuação

Esta emissão conta com cláusulas restritivas (*covenants* financeiro e não financeiros) sendo que em 31 de dezembro de 2020 foram cumpridas.

Os vencimentos das parcelas do passivo circulante e não circulante são os seguintes:

	<u>31/12/2020</u> (representado)
2021	23.475
2022	24.428
2023	27.442
Após 2023	<u>317.709</u>
Total financiamentos e debêntures	<u>393.054</u>

12. Impostos diferidos**12.1. PIS e COFINS diferidos**

	<u>2020</u> (representado)	<u>Movimentação</u>	<u>Movimentação</u>
PIS diferido	12.670	(464)	12.206
COFINS Diferido	58.356	(2.136)	56.220
	<u>71.026</u>	<u>(2.600)</u>	<u>68.426</u>

12.2. Imposto de renda e contribuição social diferido

	<u>31/12/2020</u>	<u>Movimentação</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo/Passivo			
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	5.674	(5.125)	10.799
Lucro diferido da construção	(6.262)	5.585	(11.847)
Receita de Ativo Financeiro/AVP	(49.439)	(22.180)	(27.259)
Ajuste IFRS	(1.784)	338	(2.122)
Adoção Inicial CPC 47		-	
Outros Provisões		-	
Não Circulante	<u>(51.811)</u>	<u>(21.382)</u>	<u>(30.429)</u>

Detalhamento do Não Circulante	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo	5.674	10.799
Passivo	(57.485)	(41.228)
Ativo/Passivo Diferidos	<u>(51.811)</u>	<u>(30.429)</u>

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

12. Impostos diferidos--Continuação

12.2. Imposto de renda e contribuição social diferido--Continuação

A Companhia avalia que não há riscos de não recuperação dos saldos constituídos a título de imposto de renda e contribuição social diferidos, conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, a Companhia estima recuperar os ativos fiscais diferidos existentes em um período de aproximadamente 10 anos:

Períodos	31/12/2020
2021	749
2022	2.173
2023	1.782
2024	970
Total	5.674

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 8 de agosto de 2019, na Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade dos votos e sem ressalvas, houve a comunicação da alteração da sede da companhia, anteriormente estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, sala 1004 - Centro - 20030-021 - Rio de Janeiro/RJ, para a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais n.º 102, 111, 112, sala 02, Itaim Bibi, CEP: 04530-001.

Neste mesmo ato, ficou consignado que o novo Estatuto Social foi apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, no âmbito de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário da empresa Odojá Transmissora de Energia S.A., que passará a ser compartilhado entre o FIP Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e a empresa Quantum Participações S.A., conforme Processo n.º 48500.002067/2019-92, o qual foi aprovado por meio do Despacho n.º 1.567 de 03 de junho de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e totalmente integralizados da Companhia é de R\$ 225.501.000, dividido em 225.501.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Composição acionária	31/12/2020 (reapresentado) e 31/12/2019		
	Quantidade de Ações	%	Valor (em reais)
Quotistas			
Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações	225.500.999	99,9999996%	225.500.999
Quantum Participações S.A	1	0,0000004%	1
Total	225.501.000	100%	225.501.000

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

13. Patrimônio Líquido--Continuação

b) Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o valor dividendos mínimos apurado foi de R\$ 7.153.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	<u>(reapresentado)</u>	
Lucro do exercício	30.856	35.193
(-) Reserva legal	(1.543)	(1.760)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(700)	-
Lucro ajustado	28.613	33.433
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	7.153	8.358

c) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Reserva de incentivos fiscais

Conforme laudo constitutivo nº0142/2018 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 21 de setembro de 2018, foi garantido à Odojá Transmissora de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

e) Reserva de lucros a realizar

O saldo da Reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2020 se constitui do saldo remanescente de lucros acumulados. Os administradores efetuarão a proposta sobre a destinação deste saldo em Assembléia Geral.

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

13. Patrimônio Líquido--Continuação

f) Lucro por ação

O cálculo do lucro básico por ação para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foi realizado utilizando como base a média ponderada das ações ordinárias em circulação, conforme apresentado a seguir:

	<u>31/12/2020</u> (reapresentado)	<u>31/12/2019</u>
Número de ações ordinárias no início do exercício	225.501	225.501
Número de ações ordinárias ao término do exercício	225.501	225.501
Lucro líquido do exercício	30.856	35.193
Número médio ponderado das ações ordinárias no exercício	225.501	225.501
Lucro básico e diluído por ação – em reais	<u>0,14</u>	<u>0,16</u>

A Companhia não possui instrumentos conversíveis em ação que devam ser considerados para o cálculo do resultado por ação diluído referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019. Conseqüentemente, o resultado por ação básico e diluído são iguais.

14. Provisão para contingências

A Companhia é parte em demandas trabalhistas e cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

As ações relacionadas às perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estavam assim representadas:

	<u>31/12/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	Qtde.	Montante	Qtde.	Montante
Cíveis	-	-	1	239
Trabalhista	1	100	-	-
Fiscal	1	1.043	1	720
Fundiário	8	1.349	-	-
	<u>10</u>	<u>2.492</u>	<u>2</u>	<u>959</u>

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

15. Receita operacional líquida

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	(reapresentado)	
Remuneração do Ativo de Contrato	82.567	80.182
Receita de O&M - Ativo de Contrato	8.575	8.740
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	2.985
Outras receitas	10.960	-
Receita operacional bruta	102.102	91.907
(-) PIS e COFINS	(9.444)	(7.927)
(-) Encargos setoriais (i)	(1.020)	(1.036)
Dedução da receita	(10.464)	(8.963)
Receita líquida	91.638	82.944

(i) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, constituição de RGR dos serviços públicos, Taxa de Fiscalização, Conta de Desenvolvimento Energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	(reapresentado)	
Receita de operação e manutenção	8.575	8.740
Custo de operação e manutenção	(4.060)	(4.226)
Margem de O&M	4.515	4.514
Margem percebida (%)	53%	52%

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

16. Custos e despesas

	Custos	
	31/12/2020	31/12/2019
	(reapresentado)	
Serviço de O&M	(4.060)	(4.226)
Serviços de terceiros (i)	(1.843)	(1.206)
Material	(1.367)	(2.032)
Pessoal	-	(34)
Outros custos	(621)	(594)
	(7.891)	(8.092)
	Despesa	
	31/12/2020	31/12/2019
	(reapresentado)	
Serviços de terceiros (i)	(1.535)	(1.629)
Material	-	(48)
Outras receitas (ii)	-	952
Outros	(27)	(785)
	(1.562)	(1.510)
Total	(9.453)	(9.602)

(i) Refere-se substancialmente a serviços de gestão empresarial, serviços de assessoria jurídica, assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

(ii) Refere-se ao registro do crédito sobre tributos recuperáveis.

17. Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
	(reapresentado)	
Receitas financeiras	828	2.251
Rendimento e aplicação Financeira	487	2.286
Outras receitas financeiras	392	-
(-) Pis e Cofins s/ receita financeira	(51)	(35)
Despesas financeiras	(30.514)	(35.356)
Juros de empréstimos e financiamentos	(30.077)	(34.785)
IOF de empréstimos	-	(23)
Outras despesas financeiras	(437)	(548)
Resultado financeiro líquido	(29.686)	(33.105)

Notas Explicativas**Odojá Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e reconhecidas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2020 (reapresentado)		31/12/2019	
	Imposto de Renda	Contribuição social	Imposto de Renda	Contribuição social
Lucro societário antes do IRPJ e da CSLL	52.499	52.499	40.237	40.237
Ativo financeiro realizado	48.694	48.694	41.568	41.568
Ativo Contratual CPC 47	(86.926)	(86.926)	(87.887)	(87.887)
Juros sobre capital próprio	(10.126)	(10.126)	(6.769)	(6.769)
Compensação Prejuízo Fiscal/Base Negativa	(1.242)	(1.242)	-	-
Base de Cálculo	2.899	2.899	(12.851)	(12.851)
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional IRPJ (exceder R\$240/ano)	10%		10%	
Total dos tributos correntes	(701)	(261)	-	-
Incentivo fiscal SUDENE	701	-	-	-
Total dos tributos correntes	-	(261)	-	-
Total dos tributos diferidos	(15.722)	(5.660)	(3.709)	(1.335)
Despesa total com tributos	(15.722)	(5.921)	(3.709)	(1.335)
Alíquota efetiva	41,23%		12,54%	

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

19. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Transações	2020	2019
Fornecedores		
Quantum Participações S.A	268	8
Saldos em 31 de Dezembro de 2020 (reapresentado)	268	8
	Resultado	
Transações	2020	2019
G&A		
Quantum Participações S.A	(1.073)	-
Outros		
Quantum Participações S.A	(594)	8
Saldos em 31 de Dezembro de 2020 (reapresentado)	(1.667)	8

a) Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2020, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores são remunerados pela Quantum Participações S.A, que efetua o repasse através de rateio das despesas administrativas (que inclui a remuneração dos seus administradores) para as concessões que estão sob sua gestão.

20. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de mercado.
- Risco de liquidez.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

b) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

<u>Risco de crédito</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
	(reapresentado)	
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	7.561	19.448
Contas bancárias vinculadas (Nota 6.1)	6.375	5.840
Aplicação financeira vinculada (Nota 7)	13.150	14.389
Ativo de contrato (Nota 9)	767.853	739.739
Concessionárias e permissionárias (Nota 8)	6.961	6.462
	801.900	785.878

- Caixa e equivalentes de caixa, caixa vinculado e aplicações financeiras vinculadas - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Riscos de crédito--Continuação

- Concessionárias e permissonárias - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

c) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2020 (reapresentado)	31/12/2019
Aplicações financeiras		
Aplicações financeira caixa e equivalente (CDI)	7.550	18.198
Aplicações financeira vinculadas (CDI)	13.150	14.389
Passivo financeiro		
Financiamento (TJLP)	309.167	324.568
Debêntures (IPCA)	83.887	82.476

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

Em atendimento à Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, as análises a seguir estimam o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Notas Explicativas**Odoyá Transmissora de Energia S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuaçãoc) Risco de mercado--Continuação*Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras--Continuação*

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

<u>Operação</u>	<u>Exposição (R\$ mil)</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (*)</u>	<u>25% Cenário A</u>	<u>50% Cenário B</u>
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras - caixa e equivalente de caixa	7.550	Queda da taxa CDI	166	125	83
Aplicações financeiras vinculada	13.150	Queda da taxa CDI	106	79	53
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
			3,25%	2,44%	1,63%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 3.25% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos financiamentos e debêntures, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP e IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

<u>Operação</u>	<u>Exposição (R\$ mil)</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (*)</u>	<u>25% Cenário A</u>	<u>50% Cenário B</u>
Passivos Financeiros					
BNDES	309.167	Aumento da TJLP	14.067	17.584	21.101
Debêntures	83.887	Aumento do IPCA	3.792	4.740	5.688
Referência para passivos financeiros			Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)	-		4,55%	5,69%	6,83%
IPCA + 6,80 (%)	-		4,52%	5,65%	6,78%

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP e IPCA médio estimado de 4.55% e 4,52% respectivamente para o período, de acordo com a expectativa do mercado conforme dados do BACEN.

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

c) Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras--Continuação

- Risco de inflação - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- Risco de captação - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

d) Riscos de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2020. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impactados acordos de compensação.

	Fluxo de caixas contratuais			
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	1.240	1.240	-	-
Financiamentos e debêntures	393.054	23.475	51.870	317.709
	394.294	24.715	51.870	317.709

Notas Explicativas

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

e) Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras (incluindo as vinculadas)	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias a permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	Categoria
Fornecedores	Custo Amortizado
Financiamentos e debêntures	Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas- contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Concessionárias e permissionárias - A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.
- Financiamentos e debêntures - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

f) Hierarquia do valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificado e divulgados com os níveis a seguir:

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

20. Instrumentos financeiros--Continuação

f) Hierarquia do valor justo--Continuação

- Nível 1 - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado.

Descritivo		31/12/2020 (reapresentado)		31/12/2019	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Aplicação financeiras (caixas e equivalentes)	Nível 2	7.550	7.550	18.198	18.198
Aplicação financeira vinculada	Nível 2	13.150	13.150	14.389	14.389
Total		20.700	20.700	32.587	32.587

Descritivo		31/12/2020 (reapresentado)		31/12/2019	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Financiamentos (BNDES)	Nível 2	309.167	309.167	324.568	324.568
Debêntures	Nível 2	83.887	95.947	82.476	93.287
Total		393.054	405.114	407.044	417.855

21. Compromissos assumidos

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

- Contrato de O&M - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M).

A remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da RAP pela Companhia. No ano de 2020 foram cobrados R\$4.491 (R\$4.226 em 2019).

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 2.640 por ano.

Notas Explicativas

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

22. Seguros

A Companhia adota a política de contratar seguros diretamente ou indiretamente, através de suas subcontratadas, para cobertura dos bens sujeitos a riscos relevantes bem como responsabilidade para com terceiros considerando a natureza e porte de sua atividade. Neste sentido possui cobertura vigente de seguros abrangente para os bens atrelados à concessão e para terceiros bem como cobertura vigente de responsabilidade civil de diretores, administradores e profissionais.

Os seguros vigentes em 31 de dezembro de 2020 são:

Tipo	Seguradora	Limite de indenização	Vigência
Riscos Operacionais	Tokio Marine	200.000	30-Set-22
Responsabilidade Civil	Chubb Seguros Brasil	30.000	30-Set-22
Responsabilidade Civil Profissional	Austral Seguradora	3.400	23-Ago-22
Responsabilidade Civil para Gestores	AIG Seguros Brasil	20.000	31-Jul-22

* * *

Daniel Araujo do Pinho
Diretor de Controladoria

Thais Rodrigues Ponciano
Contadora Responsável
CRC-1SP282352/O-0

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Administradores e acionistas da
Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Odoyá Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à nota explicativa 4 às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas pela Companhia para apresentar as demonstrações do valor adicionado (DVA) e resultado por ação, bem como aprimorar certas divulgações e apresentações, conforme detalhado na referida nota explicativa. Em 26 de março de 2021, emitimos nosso relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as respectivas demonstrações financeiras foram ajustadas.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 9, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$767.853 mil (739.740 mil em 31 de dezembro de 2019).

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da administração. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos

do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por indisponibilidade; (vi) análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela administração são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 9, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório em 08 de dezembro de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Ricardo Gomes Leite
Contador CRC-1RJ107146/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Odoyá Transmissora de Energia S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da instrução da CVM nº 480, datada de 07 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 10 de dezembro de 2021.

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Presidente, Financeiro e de Relação com Investidores

Marcelo Vargas Redes
Diretor Técnico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente.

Na qualidade de Diretores da Odoyá Transmissora de Energia S.A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Ernst & Young Auditores Independentes, relativos ao exercício social em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 10 de dezembro de 2021.

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Presidente, Financeiro e de Relação com Investidores

Marcelo Vargas Redes
Diretor Técnico